



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N° _____, DE 2018
(Do Sr. Jorginho Mello)

Requer a realização audiência pública para debater o Reconhecimento da Lei das Universidade Comunitárias e o projeto de lei 9308 de 2017.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater sobre “O Reconhecimento da Lei das Universidades Comunitárias e o projeto de lei 9308 de 2017”, visto que este modelo universitário não é conhecido pelos cidadãos, tão pouco pelo Governo Federal.

Como expositores, solicito sejam convidados representantes das seguintes instituições:

→ Presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) – Reitor Sebastião Salésio Herdt;

→ Presidente do Consórcio das Universidades Gaúchas (COMUNG) – Reitor José Carlos de Souza;

→ Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) – Reitor João Otávio Bastos;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal JORGINHO MELLO

→ Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) - Eduardo Deschamps

→ Secretário da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) – Henrique Sartori;

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado JORGINHO MELLO



JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento de audiência pública tem por objetivo trazer para debate o reconhecimento da lei das Universidades Comunitárias previsto nº 12.881 de 12 de novembro de 2013.

Esta é uma lei extremamente importante para as universidades comunitárias, ela dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES.

Esta audiência servirá para debater esta tão importante lei, como também para divulgar a importância das universidades comunitárias para o governo federal.

Será debatido também nesta audiência pública o projeto de lei 9308 de 2017, projeto esse muito importante que poderá solucionar diversos problemas para as universidades comunitárias, clarificando assim a sua existência e pacificando o seu entendimento.

Desta forma, certo de que os ilustres Pares concordarão com a relevância desta Audiência Pública, espera-se contar com o apoio necessário para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado JORGINHO MELLO